

A tese do imperialismo brasileiro em questão

TATIANA BERRINGER*

Intelectuais e militantes de esquerda têm sustentado que a política externa dos governos Lula-Dilma e a crescente onda de internacionalização das empresas brasileiras levaram o Estado brasileiro a exercer um papel imperialista ou subimperialista na América do Sul. Neste artigo pretendemos apresentar de maneira crítica as análises feitas por Virgínia Fontes (2010), Raúl Zibechi (2012) e Mathias Luce (2007), e defender que a posição do Estado brasileiro foi muito importante para o avanço e manutenção dos governos progressistas na região.

O imperialismo brasileiro

Virgínia Fontes (2010) e Raúl Zibechi (2012) defendem que o Brasil desempenha um papel imperialista na América do Sul. Sustentam que a queda da hegemonia dos Estados Unidos e o predomínio das finanças configuram um “novo imperialismo”.

Virgínia Fontes (2010, p.306) caracteriza a atual fase de desenvolvimento do capitalismo de “*capital-imperialismo*”, em função de três elementos: 1) o predomínio do “capital monetário”; 2) a atuação dos fundos de pensão no mercado de ações que transforma os trabalhadores em instrumentos de acumulação e valorização do capital; e 3) a expansão capitalista para fora das fronteiras nacionais. O Brasil teria alcançado o estágio do capital-imperialismo, e, por isso, passado a integrar o grupo de países imperialistas, ainda que subalternamente.

* Doutoranda em Ciência Política na Unicamp. E-mail: berringer.tatiana@gmail.com.

Raúl Zibechi entende a divisão internacional do trabalho como organizada entre Estados centrais, Estados semiperiféricos e Estados periféricos. A cada longo ciclo histórico há a hegemonia econômica e militar de um grande Estado – Inglaterra no século XIX e Estados Unidos no século XX. Defende que desde a derrota do Vietnã em 1968 a hegemonia dos Estados Unidos teria entrado em declínio. Isso teria se aprofundado após a queda das Torres Gêmeas em 2001, e com a crise econômica em 2008. Neste cenário, haveria espaço para a ascensão de novas potências. O Brasil seria, portanto, uma potência regional que estaria ascendendo à posição de potência global. Segundo Zibechi,

desde a primeira década do século XXI solidificou-se uma tendência que se manifestara com força durante o regime militar e que foi logo abandonada para florescer em toda a sua intensidade com o governo Lula. Essa tendência, lentamente amadurecida, é a vontade de converter o Brasil em uma potência global. (Zibechi, 2012, p.262, trad. nossa)

A leitura desses autores nos coloca a seguinte questão: é possível pensar em imperialismo sem considerar a capacidade militar, econômica, tecnológica e política desse Estado e da formação social brasileira? Apesar de mudanças na esfera produtiva (transnacionalização) e na forma de acumulação (financeirização), não se pode descurar da dimensão política e militar da teoria imperialista-leninista. Sobretudo, não se pode analisar equivocadamente o verdadeiro inimigo das classes dominadas. A concepção de imperialismo desses autores concentra-se prioritariamente na esfera econômica – no aumento de investimento externo direto brasileiro como um instrumento de dominação das formações sociais sul-americanas. Falta uma análise mais rigorosa sobre a relação política entre os Estados. É claro que a internacionalização das empresas brasileiras para outros territórios é cheia de contradições, aumenta a concentração de capital brasileiro, aumenta a exploração de recursos naturais e da mão de obra assalariada nessas formações sociais. No entanto, não se superpõe ao imperialismo estadunidense e às frações burguesas associadas a ele. Essas forças ainda exercem o papel dominante na geopolítica mundial e têm sido fortes opositores dos governos progressistas na América do Sul.

Grande parte dos investimentos brasileiros na América do Sul está ligada a um fortalecimento das políticas desenvolvimentistas que dependem de investimento externo. Os governos (nacional-desenvolvimentistas), em sua maioria, não dispunham de recursos e estrutura para a execução da obra no período desejado, por isso, contaram com a atuação das empresas brasileiras e com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Projetos como a construção do metrô de Caracas, do porto de Mariel em Cuba, da rodovia Amazônica na Bolívia e da hidroelétrica no Equador não foram projetos e iniciativas do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro tampouco utilizou força militar para garantir a atuação das empresas brasileiras, mesmo em alguns casos, como na construção da hidroelétrica no Equador, ou da rodovia na Bolívia, nas quais houve forte mobilização popular

contrária aos projetos que levaram à interrupção dos mesmos. Essas mobilizações refletem, na realidade, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo: contradições entre os modos de produção pré-capitalistas que sobrevivem no interior de uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista (populações indígenas e ribeirinhas), e os conflitos entre classes e frações de classes burguesas e as classes dominadas, os conflitos capital-trabalho. No Brasil também há uma grande mobilização contra a construção da usina hidroelétrica de Belo Monte. Ou seja, toda região está vivenciando um ciclo de desenvolvimento que traz no seu bojo aspectos progressistas e contraditórios.

Fontes (2010) e Zibechi (2012) buscaram também se diferenciar de Ruy Mauro Marini, teórico marxista dependentista que introduziu o conceito de subimperialismo para analisar o papel do Estado brasileiro na década 1970. Segundo eles, a teoria de Marini não explica a nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois a escassez do mercado interno como traço estrutural da dependência não seria mais uma realidade da formação social brasileira. Zibechi defende que o Brasil se converteu em um país de classes médias e que alcançou uma autonomia na acumulação do capital através do dinamismo das exportações e das mudanças na estrutura produtiva. Para ele, o Brasil não é dependente e tampouco exerce o papel de subpotência como defendia Marini. O Brasil estaria a caminho de superar a condição periférica, de se tornar o “Brasil potência”, tal como idealizavam os militares da Escola Superior de Guerra nos anos 1970.

É verdade que durante os governos Lula houve uma redução do desemprego e o aumento do crédito ao consumidor, no entanto, isso não significa que o Brasil seja um país de classes médias. Os empregos gerados exigem, em sua maioria, baixa qualificação da força de trabalho e têm baixa remuneração. Também não há um desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. A dependência é a característica intrínseca da economia e da política latino-americana, ela manifesta a relação existente entre os condicionantes externos e as estruturas internas (Santos, 1973). A burguesia brasileira não tem força política e econômica para se tornar autônoma. Assim como o velho desenvolvimentismo (1930-1980) não logrou superar a dependência, o neodesenvolvimentismo também não o poderá. A superação da dependência exige reformas estruturais.

De todo modo, é preciso refletir sobre o estágio atual da dependência das economias latino-americanas. Sabe-se que entre 2003 e 2007 a América do Sul pôde se beneficiar do aumento do preço e da demanda de *commodities* e, após 2008, a região recebeu um elevado fluxo de investimento externo direto dos países imperialistas e aumentou a importação de produtos industrializados da China. Como podemos observar na tabela a seguir, o Brasil ainda é o principal receptor de investimento externo direto na região.

As transnacionais brasileiras concentram-se, sobretudo, nos setores de construção civil, alimentos, siderurgia e mineração, trata-se, segundo o governo brasileiro, das “campeãs nacionais”. Setores de baixa intensidade tecnológica e que contam com o apoio do Estado para o seu fortalecimento frente ao capital externo.

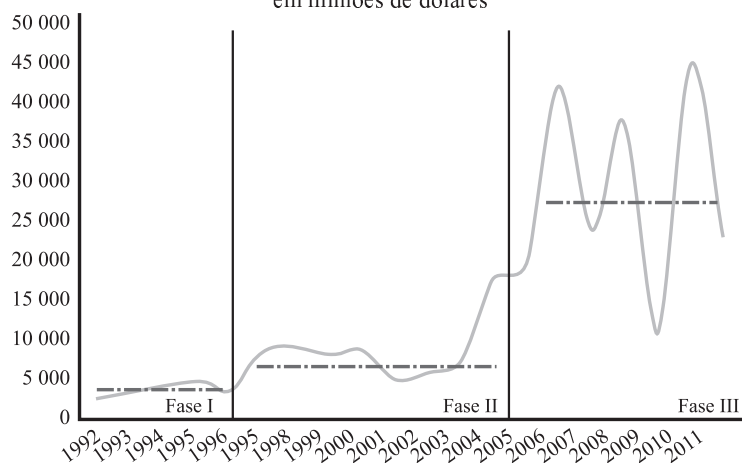
Entradas de investimento externo direto na América do Sul
Milhões de dólares e a diferença relativa em porcentagem

País	2000-2005*	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Diferença absoluta 2011-2010	Diferença relativa 2011-2010
América do Sul	38.003	43.410	71.839	92.500	55.478	89.632	121.318	31.698	35
Argentina	4.296	5.537	6.473	9.726	4.017	7.055	7.243	188	3
Bolívia (Estado Plurinacional da)	350	278	362	508	426	672	859	187	28
Brasil	19.197	18.822	34.585	45.058	25.949	48.506	66.660	18.154	37
Chile	5.047	7.298	12.534	15.150	12.874	15.095	17.299	2.204	15
Colômbia	3.683	6.656	9.049	10.620	7.137	6.899	13.234	6.335	92
Equador ^b	839	271	194	1.006	321	157	386	199	107
Paraguai ^b	48	95	202	209	95	228	149	-37 ^e	-20 ^e
Peru	1.604	3.467	5.491	6.924	5.576	7.328	7.659	331	5
Uruguai	393	1.493	1.329	2.106	1.620	2.483	2.528	45	2
Venezuela (República Bolivariana da)	2.546	-508	1.620	1.195	-2.536	1.209	5.302	4.093	339

Fonte: Boletim Informativo da Cepal, 2011, p.34.

O investimento externo direto brasileiro na região não é superior ao investimento externo direto imperialista (de origem estadunidense e europeia). E, na verdade, conforme demonstra o gráfico abaixo, a exportação de capitais intensificou-se em toda a região nos últimos anos.

Saídas de investimento externo direto na América Latina e Caribe – 1992-2011 em milhões de dólares



Fonte: Boletim Informativo Cepal, 2011, p.57.

118 • Crítica Marxista, n.36, p.115-127, 2013.

O Brasil não é o único país que tem investimento externo direto. Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela etc., também têm grandes empresas que atuam em outros territórios. Segundo o Boletim Informativo da Cepal (2011), o Chile é o país que mais realizou investimento no exterior em 2011. O principal destino das empresas chilenas foram o Brasil, a Colômbia e o Peru (Cepal, 2011, p.63). Na tabela abaixo, pode-se observar que os investimentos externos diretos brasileiros (IEDB) foram muito altos em 2006, 2008 e 2010. Já em 2009 e 2011, o IEDB foi negativo, isso se deve a dois elementos: 1) a elevação do empréstimo entre as filiais, que tiveram que enviar parte dos seus lucros para as matrizes brasileiras que estavam com dificuldades financeiras; e 2) a aquisição de ativos de empresas que atuavam no Brasil, a CPFL no setor de energia eólica e a Portugal Telecom (Cepal, 2011, p.63).

Saída de investimento externo direto da América do Sul em milhões de dólares e a diferença relativa em porcentagem

País	2000-2005*	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Diferença absoluta 2011-2010 ^b	Diferença relativa 2011-2010 ^b
América do Sul	7.040	35.481	14.536	35.141	3.197	31.134	12.579	-18.555	-60
Argentina	532	2.439	1.504	1.391	712	965	1.488	523	54
Bolívia (Estado Plurinacional da)	1	3	4	5	-4	-53	-8	46	86
Brasil	2.513	28.202	7.067	20.457	-10.084	11.588	-9.297	-20.885	-180
Chile	1.988	2.212	4.852	9.151	7.233	9.231	11.822	2.591	28
Colômbia	1.156	1.098	913	2.254	3.088	6.562	8.289	1.727	26
Paraguai	5	4	8	8
Peru	22	0	66	736	398	215	111	-104	-48
Uruguai	15	-1	89	-11	16	-44	1	45	102
Venezuela (República Bolivariana da)	809	1.524	33	1.150	1.838	2.671	173	-2.498	-94

Fonte: Boletim Informativo Cepal, 2011, p.62.

O subimperialismo brasileiro

Mathias Luce, por sua vez, buscou atualizar o conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini.

Subimperialismo, para Marini, se definia por: 1) a nova divisão internacional do trabalho que possibilita que as formações sociais dependentes se tornem exportadoras de produtos manufaturados para os seus vizinhos; 2) a chegada de uma economia dependente à fase de monopólio e capital financeiro; e 3) o papel do Estado brasileiro contra as lutas populares na América Latina durante o período da ditadura militar, sobretudo, o apoio do Estado brasileiro aos golpes de Estado no Uruguai, na Bolívia e no Chile. Tratava-se da ideia de que o Brasil agia como braço/apoio dos Estados Unidos na região (Marini, 1974, p.124).

Para Luce, a política de integração regional do governo Lula é determinada pelo caráter subimperialista do Brasil, ainda que o elemento de coerção militar não tenha mais tanta aplicabilidade, o Estado brasileiro cumpriria o papel de ser um agente dos Estados Unidos na região. Seria um subimperialismo regido pelo consenso. Tanto no campo da liberalização econômica quanto no campo da estabilização política, a política externa brasileira seria norteadada pela *cooperação antagônica*¹ com os Estados Unidos. No plano da liberalização econômica, ao mesmo tempo que o Estado brasileiro rejeitou a proposta estadunidense da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), garantiu através da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Aلسا) e da Iniciativa para Integração em Infra-Estrutura Sul-Americana (Iirsa) um ambiente favorável às corporações estrangeiras. Segundo ele, essas iniciativas são igualmente pautadas pelo *regionalismo aberto* – proposta de integração pautada exclusivamente pelo livre-comércio e pela integração produtiva. No que se refere à estabilização política, Luce defende que o Estado brasileiro apesar de ter impedido o avanço da militarização estadunidense na região, atuou de modo a neutralizar as lutas anti-imperialistas na região, especificamente na Venezuela, Equador e Bolívia. Segundo as palavras desse autor, “percebe-se que o governo brasileiro serve, no mínimo indiretamente, às intenções [estadunidenses] de neutralizar Chávez” (Luce, 2007, p.50).

A nosso ver não há razões suficientes que permitam afirmar que o papel do Estado brasileiro na América do Sul seja “subimperialista”. Isto porque os episódios mais importantes dos últimos anos sugerem um papel bem diferente. Refiro-me, sobretudo, às tentativas de e aos golpes de Estado na região: 2002 na Venezuela, 2003 e 2008 na Bolívia, 2008 no Equador e em Honduras, e em 2012 no Paraguai. Antes mesmo de assumir a Presidência (2002), Lula organizou o “Grupo dos Amigos da Venezuela” em apoio a Chávez. Em 2008, o Estado brasileiro coordenou a intervenção da União Sul-Americana das Nações (Unasul) na Bolívia e no Equador, e abrigou Manuel Zelaya, presidente deposto de Honduras, na Embaixada Brasileira naquele país quando os Estados Unidos passaram a defender os golpistas. No ano de 2012, o Estado brasileiro também liderou a intervenção da Unasul no Paraguai no dia da deposição do presidente democraticamente eleito Fernando Lugo. Essas ações foram muito importantes. O Estado brasileiro, mesmo sem usar um discurso anti-imperialista – como Cuba e Venezuela –, atuou de maneira autônoma e diametralmente oposta aos interesses políticos dos Estados Unidos.

Além disso, vale a pena resgatar dois fatos que demonstram uma postura de cooperação e de apoio à sustentação aos novos governos: a revisão do contrato da Petrobras na Bolívia em 2006, e a revisão do Tratado da Usina Hidrelétrica de

1 Segundo Marini (1974, p.22), cooperação antagônica refere-se à integração produtiva e econômica da América Latina à economia imperialista. Integração dependente e subalterna que não elimina os conflitos intra e entre as burguesias na esfera nacional e internacional. As burguesias latino-americanas tentarão obter maiores vantagens no processo de reorganização produtiva o que pode produzir alguns choques entre os interesses dos Estados Unidos e do Estado brasileiro.



Itaipu no Paraguai em 2009 (Hirst, Lima e Pinheiro, 2010). Destaca-se também o papel do Estado brasileiro para garantir a entrada da Venezuela no Mercosul.

No que se refere ao plano militar, apesar do comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) – ação realizada com o intuito de conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU –, o Estado brasileiro foi contrário à instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, posicionou-se a favor do fechamento da base militar de Manta no Equador e incentivou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da Unasul. O CDS, do ponto de vista simbólico, é uma grande iniciativa que poderá trazer maior autonomia da região frente ao imperialismo estadunidense. É a primeira organização de caráter militar no continente da qual os Estados Unidos não fazem parte. Além disso, o Estado brasileiro está reaparelhando a Marinha de modo a aumentar a sua autonomia militar. Segundo José Luis Fiori (2011, p.18):

Em setembro de 2009, o Brasil assinou um acordo estratégico militar com a França, que deverá alterar a relação do Brasil com os EUA e transformar o país – em alguns anos mais – na maior potência naval da América do Sul, com capacidade simultânea de construir submarinos convencionais e atômicos e de produzir os próprios caças bombardeiros. Essa decisão ainda não caracteriza uma corrida armamentista entre o Brasil e seus vizinhos do continente, muito menos com os EUA, mas sinaliza uma mudança importante da posição internacional brasileira e de sua decisão de aumentar sua capacidade político-militar de veto. Nesse mesmo período, a Venezuela e a Argentina também assinaram acordos militares e financeiros com a Rússia, e o Chile e a Colômbia mantiveram seus gastos, que são relativamente os mais altos do continente, de aproximadamente 3,4% e 4% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada um dos dois países, respectivamente. Mas, apesar das novas compras e dos novos armamentos, nenhum dos países sul-americanos tem ou adquiriu capacidade de projetar seu poder militar muito além das próprias fronteiras. O que todos estão sinalizando, de forma cada vez mais explícita, é sua decisão de impedir eventuais intervenções externas em seus territórios. O que é um sintoma inequívoco do aumento da pressão competitiva no continente e no aumento da pressão militar dos EUA na América do Sul.

É importante lembrar que o Acordo Brasil-França e o CDS da Unasul foram criados após a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos em 2008, logo após o anúncio da descoberta do pré-sal no Brasil.

No que se refere à integração regional, o Estado brasileiro enfrenta grandes desafios, sobretudo, no que se refere ao Mercosul. São eles: 1) correção das desigualdades entre os Estados e entre as trocas comerciais; 2) contenção do avanço das importações chinesas. Ou seja, a prioridade conferida ao principal bloco econômico regional não foi suficiente para eliminar as contradições entre as burguesias brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia. Apesar da disposição política dos chefes de Estado (Lula-Dilma e Néstor Kirchner-Cristina Kirchner) para que o bloco se fortalecesse – criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), do



Fundo de Correção das Assimetrias, incorporação de novos sócios (Bolívia, Peru e mais recentemente a Venezuela) – não se pode eliminar os conflitos comerciais. O Estado argentino teve que impor diversas salvaguardas e protecionismos frente aos produtos brasileiros, o que criou um grande obstáculo para o avanço da integração econômica na América do Sul. Recentemente, o Estado brasileiro tem inclusive dado mais atenção à Argentina, buscando diminuir o superávit comercial do Brasil e incentivando as importações argentinas no país.

Por outro lado, a criação da Unasul é um processo de integração política que ainda depende dos presidentes em exercício. Como pudemos ver, essa organização teve um importante papel durante as crises políticas na região. Em 2011, a Unasul incorporou a Iirsa e criou o CDS (Calixtre e Barros, 2010). Através do Conselho em Infra-estrutura e Planejamento (Cosiplan, antiga Iirsa), pretende-se fomentar a integração energética, de transportes e de comunicação. Dos 531 projetos da Cosiplan, apenas 31 integram a “Agenda de Projetos Prioritários de Integração”, 19 estão em fase de execução, 47 estão em fase de pré-execução. Conforme podemos ver na tabela a seguir, dos 31 projetos prioritários o Estado brasileiro participa de 11.

Agenda de Projetos Prioritários de Integração da Cosiplan

#	EID	Nome projeto API	Países envolvidos	Valor (milhões)
1	AMA	Eixo viário Paita – Tarapoto – Yurimaguas, portos, centros logísticos e hidrovias	PER	USD 568,9
2	AMA	Eixo viário Callao – La Oroya – Pucallpa, portos, centros logísticos e hidrovias	PER	USD 2.529,4
3	AMA	Acesso nororiental ao Rio Amazonas	BRA / COL / ECU / PER	USD 105,5
4	AND	Corredor rodoviário Caracas – Bogotá – Buenaventura / Quito	COL / ECU / VEN	USD 3.350,0
5	AND	Interconexão fronteiriça Colômbia – Equador	COL / ECU	USD 223,6
6	AND	Sistema de conectividade de passos de fronteira Colômbia-Venezuela	COL / VEN	USD 5,0
7	AND	Centro binacional de atendimento de fronteira (CEBAF) desagadero	BOL / PER	USD 4,0
8	AND	Rodovia do sol: melhoria e recuperação do trecho sullana – águas verdes (inclui via de desvio de tumbes)	PER	USD 90,3
9	CAP	Construção da ponte binacional Salvador Mazza – Yacuiba e centro de fronteira	ARG / BOL	USD 23,0
10	CAP	Conexão oeste Argentina-Bolívia	ARG / BOL	USD 227,0
11	CAP	Corredor ferroviário bioceânico Parana-guá-Antofagasta	ARG / BRA / CHL / PRY	USD 944,6

Continua

Continuação

#	EID	Nome projeto API	Países envolvidos	Valor (milhões)
12	CAP	Conexão viária Foz-Ciudad del Este-Asunción-Clorinda	ARG / BRA / PRY	USD 316,0
13	CAP	Linha de transmissão 500kv (Itaipu-Asunción-Yacyreta)	PRY	USD 255,0
14	GUI	Recuperação de rodovia Caracas-Manaus	BRA / VEN	USD 480,0
15	GUI	Rodovia Boa Vista-Bonfim-Lethem-Linden-Georgetown	BRA / GUY	USD 250,0
16	GUI	Rodovias de conexão entre Venezuela (cidade Guiana) – Guiana (Georgetown) – Suriname (South Drain-Apura-Zanderij-Moengo-Albina), incluindo a construção da ponte sobre o Rio corentine	GUY / SUR / VEN	USD 300,8
17	HPP	Melhoria da navegabilidade dos rios da bacia do Prata	ARG / BOL / BRA / PRY / URY	USD 854,8
18	HPP	Interconexão ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguaí	ARG / PRY / URY	USD 268,0
19	HPP	Recuperação do ramal ferroviário Chamberlain-Fray Bentos	URY	USD 100,0
20	HPP	Circunvalação viária de Nueva Palmira e sistema de acessos terrestres ao porto	URY	USD 8,0
21	IOC	Aeroporto distribuidor de carga e passageiros para a América do Sul (<i>hub</i> Aeroporto Internacional Viru-Viru, Santa Cruz)	BOL	USD 20,0
22	IOC	Melhoria da conectividade viária no eixo interoceânico central	BOL / BRA	USD 383,0
23	IOC	Passo de fronteira Infante Rivarola-Cañada Oruro	BOL / PRY	USD 2,0
24	IOC	Corredor ferroviário bioceânico central (trecho boliviano)	BOL	USD 6,7
25	MCC	Gasoduto do nordeste argentino	ARG / BOL	USD 1.000,0
26	MCC	Construção da ponte internacional Jaguarão-Rio Branco	BRA / URY	USD 65,0
27	MCC	Transporte multimodal no sistema Laguna Merín e Lagoa dos Patos	BRA / URY	USD 100,0
28	MCC	Corredor ferroviário Montevideu-Cacequí	BRA / URY	USD 196,0
29	MCC	Otimização do sistema do passo de fronteira Cristo Redentor	ARG / CHL	USD 7,0
30	MCC	Túnel binacional Água Negra	ARG / CHL	USD 850,0
31	PBB	Conexão Porto Velho-litoral peruano	BRA / PER	USD 119,0
			TOTAL	USD 13.652,70

Fonte: Unasul, Cosiplan, 2012.

Embora as empresas brasileiras estejam envolvidas em grande parte das obras de infraestrutura na região, o BNDES não é o principal financiador da Cosiplan. As obras são também financiadas pelos governos nacionais, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Corporação Andina de Fomento (CAF). Grande parte do desembolso do BNDES é em concessão de financiamento direto às empresas brasileiras contratadas pelos governos nacionais. Ou seja, houve uma convergência entre as disponibilidades orçamentárias do BNDES e a demanda regional por investimento em infraestrutura que permitiram que as empresas brasileiras atuassem nesses territórios. Assim mesmo, o montante destinado a essas atividades não é superior ao investido no Brasil (Carvalho, 2012).

Política externa e o neodesenvolvimentismo

As teses sobre a existência de um suposto imperialismo ou de um subimperialismo brasileiro têm no seu centro a discussão sobre a natureza da política externa dos governos brasileiros e envolvem, visto que tais governos agem tanto no plano interno quanto no externo como representantes de interesses de classe, uma discussão sobre a situação econômica e política da burguesia brasileira e de sua relação com o Estado nacional.

A política externa de Lula e Dilma tem sido um importante instrumento do programa político neodesenvolvimentista. Esses governos impulsionaram a retomada do crescimento econômico, ainda que sem romper com o modelo capitalista neoliberal. É certo que o neodesenvolvimentismo é um programa rebaixado se comparado com o desenvolvimentismo de 1930-1980: os níveis de crescimento são menores, o investimento estatal é menor, a capacidade de distribuição da riqueza também é inferior, e a produção é mais voltada para a exportação do que no período em comparação. No entanto, quando visto em relação ao programa neoliberal ortodoxo dos governos Fernando Henrique, as mudanças são grandes, principalmente no que se refere à distribuição dos recursos do BNDES, às compras governamentais, à política externa e às políticas sociais (Berringer e Boito Jr., 2012). Se nos anos 1990, ao neoliberalismo ortodoxo de FHC correspondeu uma política externa que priorizou as relações com os Estados Unidos, nos governos Lula e Dilma, o neodesenvolvimentismo teve como consequência, no plano internacional, a prioridade das relações Sul-Sul.

Essas diferenças no plano da política interna – política econômica e social – e da política externa decorrem de mudanças que ocorreram no interior do bloco no poder. O programa neodesenvolvimentista é dirigido pelos interesses da grande burguesia interna brasileira. Essa fração burguesa reúne, no seu núcleo, as empresas de capital predominantemente nacional e, periféricamente, algumas multinacionais aqui instaladas. Ela se distribui notadamente nos seguintes setores: mineração, construção civil, agronegócio, indústria de construção naval, indústria de transformação entre outros. O fortalecimento da burguesia interna no interior do bloco no poder foi possível, dentre outras razões, graças ao apoio de setores

das classes populares – baixa classe média, operariado urbano e campesinato assentado, desempregados e subempregados – que se viram beneficiados pelo aumento do emprego, pela valorização do salário mínimo, pela expansão do crédito ao consumidor e pelo acesso às políticas sociais desses governos. Consideramos que a burguesia interna brasileira e esses setores das classes populares formam a frente política neodesenvolvimentista representada, partidariamente, pelo Partido dos Trabalhadores, frente que se opõe ao neoliberalismo ortodoxo e aos setores conservadores representados pelo PSDB (Berringer e Boito Jr., 2012).

O conceito de burguesia interna indica uma fração da classe dominante que em uma formação social dependente ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional (Poulantzas, 1978). Já a fração tradicionalmente conhecida como burguesia nacional é aquela que tem acumulação autóctone de capital e se organiza política e ideologicamente aliada às classes populares numa luta anti-imperialista. No caso das teses sobre “o imperialismo brasileiro”, mesmo que os autores não o digam, tudo se passa como se tivéssemos uma burguesia nacional que pretenderia ocupar ou disputar o lugar dos Estados Unidos na região. Haveria uma disputa interimperialista entre Brasil e Estados Unidos e essa burguesia teria se organizado politicamente para colocar em marcha uma expansão capitalista e dominar política e economicamente a América Latina. Por último, o conceito de burguesia compradora indica a fração burguesa que não tem acumulação interna própria e que tende a se comportar como simples intermediária dos interesses imperialistas no interior de uma formação social dependente. A tese do subimperialismo parece supor que a burguesia brasileira se comporta como burguesia compradora.

Voltemos à burguesia interna. Essa é uma fração que não rompeu, e que não está interessada em romper, a dependência frente ao capital imperialista: dependência tecnológica, financeira e política. Mesmo que haja uma internacionalização das empresas brasileiras e o aumento das exportações de produtos nacionais, a grande burguesia interna permanece submetida ao sistema produtivo e ao domínio político imperialista. Ela não se dispõe a enfrentar o imperialismo como faria uma burguesia nacional, do mesmo modo que não é, tampouco, uma simples intermediária dos interesses imperialistas (burguesia compradora). Ela possui contradições pontuais com o imperialismo, pois pretende limitar o capital imperialista e competir com ele, mas ela não atua de maneira organizada, orientada por um projeto político próprio e de conquista da economia regional como defende Zibechi.

No plano da política externa, as classes e frações que integram a frente neodesenvolvimentista convergiram, de maneira mais ou menos espontânea e mesmo que sem a consciência clara das partes envolvidas, para uma posição comum; isso, pelo menos, desde o processo de negociação da Alca. Os movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda, organizados na Campanha Continental Contra a Alca, realizaram um plebiscito popular contra a Alca enquanto a burguesia interna passou a reivindicar uma postura mais autônoma do Estado brasileiro nessa

matéria por intermédio da denominada Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) (Berringer e Boito Jr., 2012). Essas posições políticas resultaram no arquivamento da Alca pelo governo Lula, na prioridade às relações Sul-Sul, no adiamento das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia e das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Por fim, e mais recentemente, a ação conjunta de sindicatos operários e associações de industriais – principalmente a Fiesp e a CNI – resultaram no aumento de tarifas protecionistas e na política de depreciação cambial implantadas pelo governo Dilma (Berringer, 2012).

Em suma, o fortalecimento da grande burguesia interna e o apoio das classes dominadas contribuiu para uma nova projeção do Estado brasileiro na cena política internacional que, apesar de não ter assumido uma política anti-imperialista, favoreceu muito a preservação e o avanço dos governos progressistas na América Latina.

Referências bibliográficas

- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia interna e a política nos governos Lula*. Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Mesa Redonda: Classes sociais e capitalismo neoliberal. 2012.
- _____; BOITO Jr., Armando. *Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa*. Mimeo., 2012.
- BICHIR, Maíra. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp.
- CALIXTRE, André; BARROS, Pedro da Silva. Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana, do Mercosul à Unasul. In: IPEA. *Brasil em desenvolvimento*. v.3. Brasília: Ipea, 2010.
- CARVALHO, Clarissa. *O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura sul-americana durante o governo Lula: interface entre os interesses domésticos e a política externa*. I Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais promovido pela Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília, 2012.
- CEPAL. *La inversión directa extranjera en America Latina y en el Caribe*. Boletim Informativo, 2011.
- FIORI, José Luis. *Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*. Brasília: Cepal, escritório no Brasil/Ipea, 2011.
- Fundação Dom Cabral. *Ranking das transnacionais brasileiras*. 2011. Disponível em: <www.fdc.org.br>.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde de São Joaquim Venâncio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- GOMES, Keiti da Rocha. Internacionalização das empresas brasileiras no mercado argentino. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, Ipea, n.5, jan./mar. 2011.
- HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina de Soares; PINHEIRO, Leticia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Análise de Conjuntura*, Rio de Janeiro, Observatório Político Sul-Americano, n.12, dez. 2010.

- LUCE, Mathias. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- IPEA. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do Brics. *Comunicados do Ipea*, Brasília, n.86, 2011a.
- IPEA. As relações do Mercosul com Estados Unidos e China ante o deslocamento do centro dinâmico mundial. *Comunicados do Ipea*, Brasília, n.121, 2011b.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo e revolución*. México: Siglo XXI, 1974.
- . La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, n.12, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- ROJAS, Gonzalo; BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Nestor Kirchner. Anpocs, 33º Encontro Nacional, 2009.
- SANTOS, Theotônio. *Problemas del subdesarrollo latino-americano*. v.1. México: Nuestro Tiempo, 1973.
- SOBEET/Valor Econômico. *Multinacionais brasileiras*. São Paulo: Valor Econômico, 2011.
- UNASUL. Cosiplan. *Agenda de Projetos Prioritários de Integração*. 2012. Disponível em: <www.unasul.org.br>.
- ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012. [Ed. bras.: Rio de Janeiro: Consequência, 2012.]